RBTCC Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva
e-ISSN: 1982-3541

2023, v. 25, pp. 1—21, e231781
Seção Especial Saúde mental e o enfrentamento da pandemia

Considerações sobre o papel das ciências comportamentais nas políticas de enfrentamento à Covid-19

Considerations on the role of behavioral sciences in policies to combat Covid-19
Consideraciones sobre el papel de las ciencias del comportamiento en las políticas de combate a la Covid-19

César Antonio Alves da Rocha[1], Maria Helena Leite Hunziker[2]

1 Consultório particular, 2 Universidade de São Paulo

Histórico do Artigo
Recebido: 12/12/2022.
1ª Decisão: 24/10/2023
Aprovado: 16/11/2023.

DOI
10.31505/rbtcc.v25i1.1781

Correspondência
César Antonio Alves da Rocha
alvesdarocha@gmail.com

R. Augusta, 890 - conjunto 505 - Cerqueira César, São Paulo - SP, 01304-001

Editor Responsável
Hernando Borges Neves Filho

Como citar este documento
Rocha, C. A. A., & Hunziker, M. H. L. (2025). Considerações sobre o papel das ciências comportamentais nas políticas de enfrentamento à Covid-19. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, *25*, 1–21. https://doi.org/10.31505/rbtcc.v25i1.1781

Fomento
Este trabalho resulta de pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, por meio de bolsa de pós-doutorado (processo 18/10699-5) concedida ao primeiro autor, em projeto supervisionado pela segunda autora na Universidade de São Paulo.

ABPMC
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIAS DO COMPORTAMENTO

OPEN ACCESS

2025 © ABPMC. É permitido compartilhar e adaptar. Deve dar o crédito apropriado, não pode usar para fins comerciais.

Resumo

O advento da pandemia de Covid-19 implicou cenários desafiadores a cientistas e líderes políticos, que se viram às voltas com uma emergência que demandou tomada de decisão rápida e repleta de incertezas. Nesse contexto, as ciências comportamentais desempenharam papel tão relevante quanto controverso, posto que algumas decisões alegadamente tomadas com base em tais ciências viriam a ser severamente criticadas pela própria comunidade científica. Esse texto provê considerações sobre o papel das ciências comportamentais no contexto do combate à pandemia, a partir de exame de uma amostra de estudos recentes. Os resultados se dividem em quatro tópicos, que envolvem orientações gerais da comunidade científica para a formulação de intervenções, o papel dos nudges como uma forma de intervenção comportamental, as vantagens e desvantagens de regimes políticos democráticos e autoritários no combate à crise, e, finalmente, alguns equívocos de políticas públicas efetivamente experimentadas que foram motivo de controvérsia.

Palavras-chave: ciências comportamentais, Covid-19, nudges, políticas públicas, coerção.

Abstract

The advent of the Covid-19 pandemic implied challenging scenarios for scientists and political leaders, who found themselves grappling with an emergency that demanded quick decision-making and full of uncertainties. In this context, behavioral sciences played a role that was as relevant as it was controversial, since some decisions allegedly taken based on such sciences would come to be severely criticized by the scientific community itself. This text provides considerations on the role of behavioral sciences in combating the pandemic, based on an examination of a sample of recent studies. The results are divided into four topics, which involve general guidelines from the scientific community for the desing of interventions, the role of nudges as a form of behavioral intervention, the advantages and disadvantages of democratic and authoritarian political regimes in facing the crisis, and, finally, some mistakes of effectively tested public policies that were controversial.

Key words: behavioral sciences, Covid-19, nudges, public policy, coercion.

Resumen

El advenimiento de la pandemia de Covid-19 implicó escenarios desafiantes para científicos y líderes políticos, quienes se encontraron lidiando con una emergencia que exigía una toma de decisiones rápida y llena de incertidumbres. En este contexto, las ciencias del comportamiento jugaron un papel tan relevante como controvertido, ya que algunas decisiones supuestamente tomadas en base a dichas ciencias llegarían a ser severamente criticadas por la propia comunidad científica. Este texto ofrece consideraciones sobre el papel de las ciencias del comportamiento en el contexto del combate a la pandemia, a partir del examen de una muestra de estudios recientes. Los resultados se dividen en cuatro temas, que involucran lineamientos generales de la comunidad científica para la formulación de intervenciones, el rol de los nudges como forma de intervención conductual, las ventajas y desventajas de los regímenes políticos democráticos y autoritarios en el combate a la crisis, y, finalmente, algunas concepciones erróneas de las políticas públicas efectivamente experimentadas que fueron objeto de controversia.

Palabras clave: ciencias del comportamiento, COVID-19, empujones, política pública, coerción.

Considerações sobre o papel das ciências comportamentais nas políticas de enfrentamento à Covid-19

César Antonio Alves da Rocha[1], Maria Helena Leite Hunziker[2]

1 Consultório particular
2 Universidade de São Paulo

O advento da pandemia de Covid-19 implicou cenários desafiadores a cientistas e líderes políticos, que se viram às voltas com uma emergência que demandou tomada de decisão rápida e repleta de incertezas. Nesse contexto, as ciências comportamentais desempenharam papel tão relevante quanto controverso, posto que algumas decisões alegadamente tomadas com base em tais ciências viriam a ser severamente criticadas pela própria comunidade científica. Esse texto provê considerações sobre o papel das ciências comportamentais no contexto do combate à pandemia, a partir de exame de uma amostra de estudos recentes. Os resultados se dividem em quatro tópicos, que envolvem orientações gerais da comunidade científica para a formulação de intervenções, o papel dos nudges como uma forma de intervenção comportamental, as vantagens e desvantagens de regimes políticos democráticos e autoritários no combate à crise, e, finalmente, alguns equívocos de políticas públicas efetivamente experimentadas que foram motivo de controvérsia.

Palavras-chave: ciências comportamentais; Covid-19; nudges; políticas públicas; coerção.

O advento da pandemia de Covid-19, nos meses iniciais do ano de 2019, implicou cenários desafiadores a cientistas, pesquisadores, líderes políticos e formuladores de políticas públicas, que se viram às voltas com uma emergência sanitária que demandou uma tomada de decisão rápida e repleta de incertezas. Nesse contexto, as ciências comportamentais desempenharam papel relevante – como já há algum tempo desempenham no contexto da chamada "política baseada em evidência" –, mas também controverso, posto que algumas decisões alegadamente tomadas com base em tais ciências viriam a ser severamente criticadas pela própria comunidade científica.

Em particular, o recurso (ou não-recurso) a medidas consideradas coercivas (e.g., sanções aplicadas por descumprimento a normas de distanciamento social, restrição de circulação em função da recusa do uso de máscaras, imunização compulsória etc.) e não-coercivas (e.g., campanhas de "conscientização", combate a *fake news*, incentivos e *nudges* para mitigar a hesitação vacinal) esteve no cerne de polêmicas ainda agora candentes. A predileção por medidas não-coercivas e a crítica ao recurso a medidas coercivas são, por vezes, justificadas como supostamente fundamentadas por achados das ciências comportamentais. Mas em que consistem, afinal, essas tais ciências?

A expressão é elusiva, e geralmente usada em menção a vitualmente qualquer tradição científica que de algum modo se dedique à explicação do comportamento. O dicionário virtual de psicologia da *American Psychological Association*, por exemplo, define "ciência comportamental" como "qualquer uma das várias disciplinas que usam observação e experimentação sistemáticas no estudo científico de ações e reações de animais humanos e não humanos. Psicologia, sociologia e antropologia são exemplos" (*American*

Psychological Association, 2021, § 1). Assim sendo, à exceção do recurso à observação e experimentação como método, não parece haver qualquer outro princípio epistemológico comum às diversas tradições de pesquisa comumente referidas como "ciências comportamentais".

Apesar disso, a falta de clareza da expressão não tem impedido que seja crescentemente empregada para denominar um campo muito influente no contexto de intervenções sociais em larga escala. No caso de políticas relativas à pandemia, a Organização Mundial da Saúde criou um comitê de assessoria técnica especialmente dedicado ao enfrentamento da pandemia. Chefiado por Cass Sunstein – ex-secretário da principal agência regulatória no governo estadunidense e um dos proponentes do conceito de nudge (Thaler & Sunstein, 2008) –, o grupo tinha como objetivo reunir, organizar e divulgar as melhores evidências disponíveis, provenientes das ciências comportamentais, para orientar processos de tomada de decisão.

Em fala à imprensa acerca da formação do comitê, o diretor-geral da Organização Mundial da Saúde, Tedros Adhanom (conforme citado por Milano, 2020) declarou:

> Diante da pandemia do COVID-19, países estão usando uma série de ferramentas para influenciar o comportamento: campanhas de informação são uma ferramenta, mas também as leis, regulamentos, diretrizes e até multas. Estamos aprendendo o que funciona e o que não funciona. É por isso que a ciência comportamental é tão importante. Ela nos ajuda a entender como as pessoas decidem para que possamos ajudá-las a tomar melhores decisões para a sua saúde. (§ 2)

A partir de uma pequena amostra da produção acadêmica recente sobre o assunto, este trabalho consiste num estudo teórico que provê considerações acerca do papel das ciências comportamentais na resposta à pandemia de Covid-19. A atualidade do problema impôs desafios metodológicos particulares, como a medida da relevância do material a ser selecionado. Por exemplo, basear a seleção de artigos pelo volume de citações não seria adequado em função da novidade do assunto. Assim sendo, em vez de partir de um critério próprio, recorreu-se a mecanismo de busca já estabelecido, que conjuga diferentes medidas para a avaliação de relevância dos resultados. Assim, o material foi selecionado por meio do buscador virtual *Google Scholar*, utilizando (em conjunto) as palavras-chave *Nudge*, *Ciências Comportamentais*, *Coerção* e *Covid-19*, sendo a amostra composta por dez artigos, vide Tabela 1. A partir dessa amostra inicial, foram estabelecidos tópicos que aglutinam considerações sobre temas comuns.

As considerações tecidas nesse trabalho estão organizadas em quatro tópicos construídos posteriormente ao exame dos estudos da amostra. A descrição e análise dos conteúdos abordados por esses estudos objetivam elucidar parte do que foi produzido recentemente pelas chamadas "ciências comportamentais" no âmbito da Covid-19, e partem do ponto de vista de uma ciência comportamental em específico: a análise do comportamento na tradição concebida por B. F. Skinner (1904-1990). Desse modo, nossas

considerações buscam, tanto quanto o possível, prover um olhar analítico-comportamental sobre aspectos dos estudos em questão, cujo conteúdo é brevemente exposto e comentado em quatro partes: 1) orientações gerais da comunidade científica para a formulação de intervenções; 2) *nudges* como uma forma de intervenção comportamental contra a pandemia; 3) democracia *vs.* autoritarismo no combate à crise; e 4) equívocos e controvérsias das políticas em resposta à pandemia.

Tabela 1
Referências dos textos selecionados para discussão.

Referência
Dai, H., Saccardo, S., Han, M.A. et al. (2021). Behavioural nudges increase COVID-19 vaccinations. *Nature*, *597*, 404–409.
Greer, S.L., King, E.J., Fonseca, E. M. & Peralta-Santos, A. (2020) The comparative politics of COVID-19: The need to understand government responses, *Global Public Health*, *15*(9), 1413–1416.
Habersaat, K.B., Betsch, C., Danchin, M. et al. (2020). Ten considerations for effectively managing the COVID-19 transition. Nature Human Behavior., 4, 677-687.
Harvey N (2020) Behavioral Fatigue: Real Phenomenon, Naïve Construct, or Policy Contrivance? *Frontiers in Psychology*, *11*.
Kavanagh, M. M., & Singh, R. (2020). Democracy, Capacity, and Coercion in Pandemic Response: COVID-19 in Comparative Political Perspective. *Journal of health politics, policy and law*, *45*(6), 997–1012.
Pennings, S., & Symons, X. (2021). Persuasion, not coercion or incentivisation, is the best means of promoting COVID-19 vaccination. *Journal of medical ethics*, *47*(10), 709–711.
Savulescu J. (2021). Good reasons to vaccinate: mandatory or payment for risk?. *Journal of Medical Ethics*, *47*(2), 78–85.
Sibony, A. (2020). The UK COVID-19 Response: A Behavioural Irony? *European Journal of Risk Regulation*, *11*(2), 350–357.
Stevens, A. (2020) Governments cannot just 'follow the science' on COVID-19. *Nature Human Behavio*r, *4*, 560.
Van Bavel, J.J., Baicker, K., Boggio, P.S. et al. (2020). Using social and behavioural science to support COVID-19 pandemic response. *Nature Human Behavior*, *4*, 460–47.

Orientações gerais da comunidade científica para a formulação de intervenções

Parte do material selecionado refere-se a artigos resultantes de forças-tarefa reunindo pesquisadores de disciplinas diversas, que em conjunto elaboraram diretrizes para intervenções de combate à pandemia baseados

em informações produzidas por estudos prévios. São artigos publicados ainda no início da emergência sanitária, que intentavam antever cenários possíveis, localizar informações disponíveis na literatura especializada sobre evidências que fundamentaram intervenções já experimentadas em situações análogas e, a partir delas, descrever e prescrever possibilidades de manejo para diferentes problemas que viriam à tona.

Um desses estudos (Van Bavel et. al., 2020), assinado por quarenta e dois autores e publicado na *Nature Human Behavior*, sumariza estudos anteriores e categoriza as informações em diferentes temas, mencionando evidências que poderiam informar a tomada de decisão política, dentre as quais destacamos algumas. Por exemplo, no caso das orientações referentes a campanhas para estabelecer uma apropriada *percepção dos riscos* implicados pela pandemia, os autores alertam que "focalizar medos pode ser útil em algumas situações, mas não noutras: apelar ao medo leva as pessoas a mudarem seu comportamento apenas caso se sintam capazes de lidar com a ameaça, mas leva a reações defensivas quando se sentem impotentes para agir" (p. 461). Noutro momento, os autores destacam o papel das *normas sociais* e como elas poderiam ser utilizadas em campanhas de conscientização: "Prover informações sobre o que a maioria está fazendo provavelmente será útil se o que a maioria faz for desejável . . . se não, fornecer informações normativas puramente descritivas pode fazer o tiro sair pela culatra" (p. 463). Além disso, em observação sobre o papel das lideranças políticas no manejo da crise, Van Bavel et. al. (2020) observaram que "são necessárias informações confiáveis e mensagens de saúde pública de líderes nacionais e autoridades centrais de saúde. Mas vozes locais podem amplificá-las, ajudando a construir a confiança necessária para estimular a mudança de comportamento" (p. 466).

Outro estudo, também assinado por equipe multidisciplinar e publicado no mesmo periódico, alguns meses depois, segue caminho semelhante, listando evidências que poderiam informar intervenções para problemas diversos (Habersaat et. al., 2020). Além de adensar considerações sobre como aprimorar a percepção de risco e o papel das normas sociais e de lideranças no contexto pandêmico (já presentes em Van Bavel et. al., 2020), o estudo de Habersaat et. al. (2020) destaca aspectos adicionais, como, por exemplo, a importância de uma abordagem gradual e estrategicamente sinalizada – "estabeleça metas para cada fase com sinais vermelhos, amarelos e verdes para cenários de ajuste de resposta à pandemia e comunique essas metas de maneira transparente" (p. 680) –, a necessidade de preservar e fomentar a confiança da população – "organize *briefings* diários para a mídia em que porta-vozes de confiança, identificados por meio de pesquisas com a população, sejam claros, humildes e empáticos, e as pessoas se sintam parte do processo em vez de se sentirem como se recebendo lições" (p. 680) –, e o cuidado com o tipo de linguagem a ser empregada – "evite o linguajar de guerra (por exemplo, 'guerra contra COVID-19', e 'resposta da linha de frente'), o que pode aumentar o estigma, minar o senso de apoio

e cuidado coletivo das pessoas e levar a comportamentos individualistas, como o de acumulação [*hoarding*]" (p. 681).

Para além das orientações gerais listadas por Habersaat et. al. (2020), chama a atenção uma nota ao fim do artigo acerca dos limites das análises ali propostas:

> A validade e confiabilidade das evidências de muitos campos podem ser contestadas, pois alguns estudos não foram replicados. Uma parte substancial das evidências também se origina em estudos correlacionais, ao invés de ensaios clínicos randomizados (e revisões sistemáticas e meta-análises de evidências de alta qualidade). Além disso, a maioria das pesquisas publicadas no campo da "ciência comportamental" se origina em países ocidentais, educados, industrializados, ricos e democráticos (WEIRD), o que torna difícil generalizar os resultados para outros contextos. Essas limitações levaram alguns estudiosos a argumentar que esse tipo de ciência não deveria informar a resposta à crise. Neste artigo, no entanto, propomos complementar as evidências existentes (aqui resumidas) com dados coletados em tempo real, em situações e países específicos. Essa combinação ajuda a interpretar as evidências recém-geradas com base nas evidências preexistentes . . . Em nenhum caso a evidência científica deve fornecer aos tomadores de decisão uma falsa sensação de certeza, visto que toda evidência é cercada pela incerteza inerente a qualquer processo científico. No entanto, as evidências ajudarão a orientar o pensamento e a tomada de decisões de forma sistemática. (p. 684)

Os estudos de Van Bavel et. al. (2020) e Harbersaat et. al. (2020) representam esforços em reunir evidências que se supõe serem úteis para a interpretação e manejo de problemas similares. São estudos interessantes sobretudo por demonstrar como opera a comunidade científica diante de uma situação de crise iminente: tanto quanto farmacêuticos e biomédicos tiveram de correr contra o relógio a fim de alcançar o imunizante para o SARS-CoV-2, cientistas comportamentais tiveram de efetuar movimento análogo a fim de identificar quais seriam as medidas mais efetivas para remediar uma gama de problemas emergentes. Em muitos casos, porém, as evidências disponíveis parecem ambíguas, ou, como consta na nota de Habersaat et. al. (2020), resultantes de estudos tão circunscritos a contextos específicos em que a possibilidade de extrapolação era demasiadamente incerta. Noutras palavras, o que verificamos nos estudos destinados a prover orientações gerais da comunidade científica à formulação de intervenções foi, mais que compilados de evidências sobre o que seria recomendável para situações específicas, uma amostra de como, em dados contextos (i.e., uma emergência sanitária), o caminho da ciência à resolução de problemas humanos, embora seja o que haja de mais confiável à disposição, é menos direto e mais atravessado por interpretações, suposições e correlações do que poderia parecer à primeira vista.

Esse é um ponto que lembra a discussão efetuada por Skinner (1953/2014) em seu clássico *Ciência e Comportamento Humano* – particularmente quando

comenta o papel da ciência na tomada de decisão sobre cursos de ação alternativos no contexto do planejamento da cultura:

> A ciência nos ajuda a decidir entre cursos alternativos de ação, fazendo das consequências passadas eficazes na determinação da conduta futura. Embora nenhum curso de ação possa ser ditado exclusivamente pela experiência científica, a existência de qualquer paralelo científico, não importa o quão impreciso, irá tornar mais provável que o mais produtivo entre dois cursos de ação seja tomado. Para aqueles que estão acostumados a avaliar uma cultura em termos de princípios absolutos, isto pode parecer inadequado. Mas parece ser o melhor que podemos fazer. A experiência formalizada da ciência, somada à experiência prática do indivíduo, em um complexo conjunto de circunstâncias, oferece a melhor base para uma ação eficaz. O que é abandonado não é o reino do juízo de valor; é o reino da suposição. Quando não sabemos, supomos. A ciência não elimina a suposição, mas pelo estreitamento do campo de cursos alternativos de ação, nos ajuda a supor de forma mais eficaz. (p. 436)

A reflexão de Skinner (1953/2014) faz pensar sobre as limitações metodológicas inerentes aos estudos sobre comportamento e cultura, e parecem em consonância com constatações contemporâneas, como aquelas da ressalva ao fim do estudo de Habersaat et. al. (2020). Assim, talvez uma importante consideração a ser derivada da situação corrente diz respeito aos métodos e procedimentos da ciência aplicada, não apenas porque para alguns problemas a experimentação direta (em muitas ocasiões considerado o método áureo de investigação científica) simplesmente não se aplica, mas também porque, ainda que os dados disponíveis sejam derivados de investigações experimentais, a suposição nunca estará completamente excluída, e para muitos problemas concretos talvez haja apenas "paralelos científicos" que, embora imprecisos, representam a melhor referência a que recorrer na tomada de decisão.

Nudges como uma forma de intervenção comportamental contra a pandemia

Possivelmente em função da atualidade do problema em questão, descrições de intervenções comportamentais em resposta à pandemia na literatura especializada eram, no momento do levantamento da amostra, ainda muito limitadas. Menos que registros e avaliações detalhadas sobre intervenções efetivamente testadas, o que mais se produziu inicialmente foram compilados de dados de pesquisas anteriores que poderiam informar intervenções adaptadas para a crise corrente. Do material originalmente selecionado, apenas um artigo se dedicava restritamente à avaliação de intervenções comportamentais em resposta à pandemia: trata-se do estudo de Dai et. al. (2020), que investigou a efetividade de intervenções delineadas com o objetivo de diminuir a hesitação vacinal.

Mais especificamente, Dai et. al. (2020) descrevem tipos de *nudges* – intervenções focadas no contexto de escolha que não recorrem a proibições ou manipulação de incentivos econômicos – e seus efeitos sobre o aumento do agendamento para a imunização e da efetivação da imunização. Nas palavras dos autores, ". . . para maximizar a adesão da vacina, é fundamental compreender a melhor forma de projetar intervenções comportamentais para impulsionar as intenções de ser vacinado, remover barreiras para seguir as boas intenções, ou ambos" (p. 404). As intervenções, neste caso, consistiram no envio de lembretes via *SMS* aos participantes em diferentes momentos após terem recebido uma primeira notificação do sistema de saúde informando-os de que eram elegíveis à imunização. Foram testadas manipulações do intervalo entre a notificação inicial e o envio do lembrete (1 dia e 8 dias), e também do texto enviado nos lembretes.

Efeitos dos *nudges* foram avaliados em diferentes combinações: em ambos os grupos (1 e 8 dias de intervalo), foram testadas quatro variações no texto da mensagem:

1. mensagem com lembrete simples,
2. mensagem com lembrete simples + mensagem projetada para aumentar o que é descrito como "sentimento psicológico de propriedade" [*psychological ownership*] (e.g., 'UCLA Saúde: [nome do participante], uma vacina para a COVID-19 acaba de ser disponibilizada para você na UCLA Saúde. Reivindique a *sua* dose hoje, marcando uma consulta aqui: [website da unidade de saúde])',
3. mensagem com lembrete simples + *link* para vídeo com informação para mitigar a hesitação vacinal (i.e, dados sobre efetividade e segurança das vacinas),
4. mensagem com lembrete simples + mensagem projetada para aumentar sentimento psicológico de propriedade + *link* para vídeo com informação sobre vacinas.

Os resultados obtidos indicaram que lembretes enviados 1 dia após a notificação inicial têm impacto positivo significativo tanto sobre o agendamento para a imunização quanto sobre a efetivação da imunização maior do que lembretes enviados 8 dias após a notificação inicial. Além disso, os resultados mostraram que a inclusão de mensagem projetada para aumentar o suposto "sentimento psicológico de propriedade" aumentou significativamente a adesão à vacina, e que o vídeo com informações sobre efetividade de segurança das vacinas não teve impacto significativo. Considerados em conjunto, os resultados parecem indicar não apenas que *nudges* desse tipo são intervenções úteis no contexto da pandemia, mas também que manipulações focadas em aumentar a *motivação* para comportar-se num dado sentido podem, em casos como esse, ser mais efetivas do que a mera *instrução* (i.e., disponibilização de informações factualmente corretas sobre eficácia e segurança de vacinas). Nos termos dos autores,

> Nossa pesquisa destaca que os *insights* da ciência comportamental podem aumentar e acelerar as vacinações contra a COVID-19 a um custo marginal

> próximo de zero. Lembretes baseados em texto projetados para superar barreiras ao agendamento podem efetivamente encorajar vacinações em diferentes grupos demográficos, com efeitos persistindo por pelo menos oito semanas. Esses efeitos são intensificados quando os lembretes subsequentes alavancam o sentimento psicológico de propriedade, fazendo as pessoas sentirem que uma dose da vacina lhes pertence. (Dai et. al, 2020, p. 408)

Como fica evidente no texto de Dai. et. al. (2020), as intervenções avaliadas baseiam-se em teorizações oriundas da psicologia cognitiva, a exemplo do que se referem por "sentimento psicológico de propriedade". Com efeito, todo o programa de pesquisa acerca de heurísticas e vieses, estabelecido a partir das pesquisas de Kahneman e Tversky (1979) e sua formulação da *Teoria do Prospecto*, repousa sobre fundamentos epistemológicos cognitivistas. Mas embora sejam esses os fundamentos que deram origem e embasaram o desenvolvimento inicial do *nudges* como uma forma de intervenção comportamental para grandes grupos, estudos subsequentes apontam convergências com a perspectiva analítico-comportamental (e.g, Simon & Tagliabue, 2018; Tagliabue & Sandaker, 2019; Rocha & Hunziker, 2020; Magalhães, 2021).

O que difere parece ser a interpretação dada por cada perspectiva, cognitivista ou analítico-comportamental, sobre os fundamentos que alicerçam intervenções como as dos *nudges*, porém disso não se segue que as duas perspectivas não possam colaborar uma com a outra para o desenvolvimento e aprimoramento de tais intervenções. Pois, como propuseram Simon e Tagliabue (2018), as modificações contextuais que constituem os *nudges* nada mais seriam do que uma forma específica de arranjar contingências. Tendo em vista que diferenças teóricas de base não impedem a colaboração mútua entre as áreas, esses autores observaram que

> Mudanças na arquitetura de escolha chamadas de *nudging* não programam mudanças nas consequências (reforçadores e punidores). Isso, é claro, não significa que tais mudanças nas consequências não ocorram. Pelo contrário, consequências que ocorrem "naturalmente", como uma saúde melhor por causa das escolhas alimentares, são os resultados desejados a longo prazo do nudge. Se esse resultado realmente ocorre ou não é uma questão experimental, dependendo do procedimento e do cenário específicos. Tanto os procedimentos de *nudging* quanto a análise do comportamento visam responder a essas questões empíricas . . . Um foco maior nas consequências [típico da análise do comportamento] pode ser um dos benefícios que a teoria do *nudging* pode obter com as descobertas da análise do comportamento. (Simon & Tagliabue, 2018, p. 93)

Considerando os pontos levantados por Simon e Tagliabue (2018), é possível aventar sobre possíveis contribuições da análise do comportamento para intervenções comportamentais experimentadas no contexto da pandemia. Tomando o exemplo do estudo de Dai et. al. (2020), uma

reavaliação analítico-comportamental do mesmo poderia, ao direcionar a atenção às consequências, inquirir sobre fatores que contribuam para a manutenção do efeito observado. Contudo, um olhar analítico-comportamental enfrentaria desafios para prover uma interpretação particular sobre porque determinados arranjos produzem os efeitos esperados (e.g., o texto que presumivelmente aumentaria o "sentimento psicológico de propriedade") – arranjos esses geralmente compreendidos de um ponto de vista cognitivista. Não se trata, ressalte-se, de um problema puramente teórico, ou de simplesmente "traduzir" em linguagem comportamentalista aquilo que fora desenvolvido de acordo com uma teoria cognitivista, mas um esforço em produzir novas interpretações que eventualmente possibilitem experimentar novos arranjos de contingências para fazer frente a problemas concretos.

Democracia *vs.* autoritarismo no combate à crise

À parte orientações gerais para a formulação de intervenções e avaliação de intervenções efetivamente experimentadas, a discussão sobre a adequabilidade de medidas coercivas e não-coercivas no contexto da pandemia foi assunto recorrente na literatura especializada. A emergência implicada pela crise demandava respostas rápidas e enérgicas, de tal modo que medidas outrora consideradas inaceitáveis passaram a ser, nesse contexto, consideradas tanto oportunas quanto necessárias. Em ensaio sobre o tema, Kavanagh e Singh (2020) notaram que "um consenso internacional crescente, embora imperfeito, apoia manter a polícia fora do controle da saúde pública e adotar medidas, tanto quanto possível, voluntárias. Mas sob a COVID-19 tal consenso foi suspenso, e medidas coercivas reinaram" (p. 1005).

A imposição de um cordão sanitário que restringiu a movimentação de mais de cinquenta milhões de pessoas na província de Hubei, na China, é mencionado como exemplo de medida coerciva cuja adoção foi aclamada. Como lembram Kavanagh e Singh (2020), à época, o diretor-geral da Organização Mundial da Saúde destacou que a China estaria estabelecendo novos padrões como modelo para resposta à crise. Medidas semelhantes foram adotadas noutros países logo em seguida, e esse cenário levou a um questionamento sobre a capacidade de nações democráticas para responder a crises como a representada pela pandemia. Os sistemas de freios e contrapesos próprios das democracias liberais, desse ponto de vista, poderiam minar a adoção de medidas coercivas necessárias para a contenção do contágio, e, ao menos nesse aspecto, regimes autoritários se veriam em vantagem relativa.

Apesar de reconhecer que essa seria uma dedução possível, Kavanagh e Singh (2020) notam que há também evidências em sentido contrário: "A Coreia do Sul tem se concentrado fortemente em mesclar medidas de saúde pública com medidas voluntárias e *nudges* em vez de medidas coercivas, e está se saindo muito melhor do que muitos países que convocaram o

exército" (p. 1006). Mas ainda que as evidências pareçam inconclusivas em indicar se regimes considerados democráticos ou autoritários seriam mais ou menos capazes de fazer frente à pandemia, uma preocupação mais geral poderia ser extraída acerca de ações emergenciais adotadas na crise: é provável que, ainda que anunciadas como temporárias, tenham efeitos permanentes. Ao menos é o que parece sugerir a experiência histórica, como comentam Kavanagh e Singh (2020) em menção ao recurso a medidas coercivas que ocorre, por exemplo, após episódios de terrorismo:

> Dada a escala do poder coercivo conquistado por Estados em todo o mundo durante a COVID-19, poderemos descobrir que algumas das políticas coercivas serão difíceis de desfazer depois que o surto diminuir. Esse efeito está bem documentado na formulação de políticas em tempos de crise . . . Poderes emergenciais após ataques terroristas, originalmente descritos como temporários, tornaram-se permanentes – desde o *US Patriot Act* [nos EUA] até o poderes de vigilância promulgados na França após os ataques de 2015 em Paris . . . Embora possa refletir um momento singular e uma aberração única, parece-nos provável que esse movimento de abraçar medidas coercivas de saúde pública em uma escala sem precedentes terá implicações mais amplas e duradouras. (p. 1007)

Em sua análise sobre o mesmo assunto, Greer et. al. (2020) observaram que embora a configuração do regime político não seja irrelevante, o desempenho variado de nações com regimes semelhantes revela que há fatores que complicam qualquer tentativa de atrelar um tipo específico de regime (e.g., se mais ou menos democrático) a uma melhor capacidade de resposta à crise. Isso ocorre, dentre outras coisas, porque embora algumas características dos regimes menos democráticos (ou mais autoritários) facilitem respostas rápidas e enérgicas, a dificuldade em manter livre o fluxo de informação minaria seus esforços de combate à pandemia. Em contrapartida, embora democracias possam ser menos ágeis para reagir em meio à crise, a preservação do fluxo de informações que lhes é característica seria um fator de vantagem:

> Regimes autoritários são ruins em manter o fluxo interno e externo de boas informações, e apenas alguns são bons em ações vigorosas . . . Regimes democráticos podem ter mais dificuldade em tomar medidas enérgicas ou mesmo apropriadas, mas podem se beneficiar de um melhor fluxo de informações e da confiança do público. Dentro dos países, há um eco do efeito desse regime – líderes com uma abordagem autoritária em um país democrático prejudicarão o fluxo de informações. Assim, os presidentes Trump nos Estados Unidos e Bolsonaro no Brasil adotaram abordagens negativas destrutivas para a epidemia, o que minou os esforços para responder com eficácia. (Greer et. al, 2020, p. 1414)

As preocupações de Kavanagh e Singh (2020) e Greer et. al. (2020) parecem encontrar alguns paralelos na crítica elaborada por Skinner (1971/1974, 1978, 1986) a aspectos do modo de funcionamento do regime

democrático. Pelo menos dois pontos merecem destaque: um deles diz respeito a fragilidades inerentes às democracias ocidentais, e outro diz respeito a características próprias do modo de organização de agências controladoras do comportamento.

Ao argumentar pela necessidade do planejamento de práticas culturais, Skinner (1971/1974) discutiu, reiteradamente, como e por que valores caraterísticos da democracia entrariam em conflito com uma visão científica e, portanto, com o projeto de uma cultura cientificamente planejada. Em sua discussão acerca dos vícios das democracias ocidentais, Skinner (1986) reconhece os inúmeros avanços por elas alcançados, porém nota que o apego excessivo ao ideal de liberdade individual que lhes é distintivo implicou profundos reveses. Algo que outrora fora importante para estabelecer uma vida digna passou a ser contraproducente: o discurso pretensamente libertário dos regimes democráticos do ocidente teria ido longe demais, traindo sua própria razão-de-ser e implicando prejuízos à qualidade de vida.

Skinner (1986) recorre a uma metáfora na qual menciona a anorexia nervosa para explicar essa distorção envolvida com o ideal de liberdade aclamado no ocidente:

> Talvez não haja local no mundo no qual todos desfrutem o direito à segurança e o acesso a bens, mas as democracias ocidentais são as que mais avançaram nessa direção. Em muitos sentidos, elas podem ter ido longe demais. O que tem acontecido lembra a doença chamada anorexia nervosa, na qual uma pessoa obesa começa um programa de redução de peso, atinge um peso satisfatório e continua até definhar. Algo desse tipo aconteceu, ao nos aproximarmos de um estilo de vida livre de todos os tipos de coisas desagradáveis. Relutamos em aceitar não somente as restrições impostas por governos tirânicos e religiões, mas também a aceitar cintos de segurança, capacetes e sinais de proibido fumar. Fugimos não só de extremos dolorosos de temperatura e trabalho exaustivo, mas também dos mais brandos desconfortos e incômodos. Como resultado, restou muito pouco do que fugir ou evitar. As consequências fortalecedoras do reforçamento negativo, que nós desfrutamos como alívio, se perderam. Estamos sofrendo do que poderia ser chamado de *libertas nervosa*. (p. 3)

A análise de Skinner (1986) parece muito atual quando se consideram episódios contemporâneos de resistência a políticas restritivas impostas por ocasião de combate à Covid-19. Mas mais do que a constatação da subversão do ideal de liberdade, que de uma defesa de abusos e opressões passou a fundamentar atitudes reacionárias e egoístas de recusa a qualquer limitação à conduta individual em prol do bem comum, a obra de Skinner também provê subsídios para reflexões acerca do problema envolvido na aquiescência com medidas governamentais coercivas. A análise skinneriana sobre agências de controle alerta que, assim que se estabelece, uma agência não opera apenas em função dos interesses do

grupo ético que se propõe a representar, mas também, quando não prioritariamente, em função da perpetuação de seu próprio poder: "Uma vez que determinada agência com um dado tipo de membros esteja no poder . . . pode assegurar sua própria sustentação através do uso do poder para punir em vez de apelar à congruência de suas funções com as do grupo ético" (p. 336).

Sendo assim, um olhar analítico-comportamental, ao menos se ancorado na crítica de Skinner (1971/1973, 1978, 1986) ao regime democrático, poderia lançar luz sobre pelo menos dois elementos envolvidos com o debate sobre democracia *vs.* autoritarismo no combate à pandemia. Em primeiro lugar, ao problematizar o estabelecimento da liberdade individual como um dogma cultural no Ocidente, uma perspectiva comportamentalista radical ajuda a compreender os porquês de medidas restritivas serem recepcionadas com tanta resistência – vide os inúmeros protestos populares contrários a medidas do gênero no contexto da pandemia em democracias consolidadas. Em segundo lugar, a visão skinneriana sobre o funcionamento de agências controladoras parece confluir com alertas como o de Kavanagh e Singh (2020), que apontam para o risco de que práticas coercivas de governo, estabelecidas sob pretexto da emergência sanitária, se tornem permanentes e desarticuladas de seus objetivos originais, dando suporte à perpetuação do poder instituído.

Equívocos e controvérsias das políticas em resposta à pandemia

Embora muitas das políticas para combate à pandemia provavelmente só poderão ser propriamente avaliadas no futuro – quando seja possível examinar com algum distanciamento seus desdobramentos e estabelecer relações de dependência entre variáveis –, há medidas cuja inadequação se fez sentir rapidamente. Esse é um tema abordado em dois dos artigos selecionados, que avaliam os motivos envolvidos na inação de alguns governos frente à crise (Harvey, 2020; Sibony, 2020). Um episódio em específico chamou a atenção da comunidade internacional: na Inglaterra, referência na aplicação de ciências comportamentais à administração pública, o governo não apenas foi vacilante na reação à crise sanitária, mas declarou fazê-lo por se basear em conceitos e noções que foram motivo de controvérsia entre a comunidade científica.

Uma dessas noções ficou conhecida como "fadiga comportamental". Nos termos de Harvey (2020), a expressão faria referência a "um mecanismo psicológico subjacente que diminui a capacidade das pessoas de se comportarem de uma determinada maneira em função da quantidade de tempo que já se comportaram continuamente de tal maneira" (p. 3). Assim como no caso da fadiga muscular, a fadiga comportamental dificultaria, e, no limite, impediria o engajamento continuado num padrão de comportamento. O governo britânico declarou basear-se nessa ideia quando decidiu protelar o estabelecimento de medidas rígidas de distanciamento social, supondo que a adoção precoce de tais estratégias faria com que as

pessoas deixassem de se conformar a elas em pouco tempo – e justamente no momento em que o distanciamento se fazia mais necessário. A decisão teve um custo alto: estima-se que até vinte mil vidas poderiam ter sido salvas caso medidas de distanciamento houvessem sido implementadas nacionalmente uma semana antes.

Em sua análise sobre o episódio inglês, Harvey (2020) destaca que há uma outra maneira de contar a história, na qual a controversa noção teria desempenhado papel ainda mais obscuro: não passaria de uma desculpa, inventada *a posteriori*, para justificar a hesitação em implementar medidas rígidas, hesitação essa motivada por ideias ainda mais questionáveis, como a hipótese de alcance natural da "imunidade de rebanho". Assim, segundo Harvey (2020), a dita "fadiga comportamental"

> não foi o motivo do atraso, mas concebida como uma justificação *post-hoc* para isso . . . o conceito de fadiga comportamental é um mito inventado pelos formuladores de políticas a fim de fornecer uma justificativa *post-hoc* para uma decisão que, na verdade, foi tomada por razões bastante diferentes. (p. 3)

Adicionalmente, Harvey (2020) destaca que, para além de o governo britânico não ter apresentado evidências sobre dados que fundamentariam a noção de "fadiga comportamental", dados que apontam no sentido oposto foram ignorados. Como exemplo, é mencionado um estudo que avaliou o comportamento de profissionais de enfermagem no contexto da pandemia de SARS no Canadá, em 2003. Os achados demonstrariam, de acordo com Harvey (2020), precisamente o inverso do que seria previsto pela hipótese da "fadiga comportamental":

> o envolvimento [por parte dos profissionais de enfermagem] em comportamentos de esquiva (por exemplo, minimizar o contato direto com pacientes, faltar ao trabalho e recusar atribuições de pacientes) em 2004 foi positivamente correlacionado com o tempo gasto em quarentena em 2003. Quanto mais tempo gastaram evitando certos comportamentos em quarentena, em 2003, em mais comportamentos de esquiva se envolveram no ano seguinte. Se considerarmos os escores de comportamento de esquiva dos enfermeiros como medida de sua esquiva de contato social, isso é, novamente, *o oposto do que seria previsto pela fadiga comportamental*; é, em vez disso, *mais consistente com o desenvolvimento de hábitos* (itálicos adicionados, p. 4)

Em toada semelhante, Sibony (2020) também critica a inação das autoridades inglesas e seu recurso à noção de "fadiga comportamental", questionando se o episódio não poderia ser concebido como uma "ironia comportamental". Tal questionamento se baseia numa nota extraída de um relatório do *Behavioral Insights Team*, a tradicional agência que investiga insights comportamentais e sua aplicação à política pública no Reino Unido – uma nota que alertava para os perigos da conformidade social e do que chamam de "reforço intragrupo" como obstáculos que poderiam

interferir negativamente no processo de tomada de decisão. Para Sibony (2020), esse alerta talvez ajude a explicar o comportamento vacilante dos oficiais do governo inglês:

> Será que o foco em um fenômeno comportamental obscuro e não documentado (que até pode muito bem existir) pode ser uma instância do reforço intragrupo no processo de decisão? Um relatório de 2018 do Behavioral Insights Team . . . explica que esta forma de pensamento de grupo acontece quando as pessoas se autocensuram e se conformam com a visão da maioria . . . Teria sido a pressão temporal tão forte que qualquer coisa que parecesse tornar os insights comportamentais alinhados com as outras disciplinas representadas no grupo de especialistas seria escolhida? . . . A *Nudge Unit* britânica pode ter merecido um gostinho de seu próprio remédio, mas deve-se reconhecer que a formulação de políticas baseadas em evidências é excepcionalmente difícil de entregar quando há poucos dados e nenhum tempo para reunir evidências. (p. 356-357)

Tanto quanto a questão da "fadiga comportamental", outro assunto que gerou polêmica diz respeito à obrigatoriedade da imunização. Dois estudos publicados num jornal de ética médica apresentaram pontos de vista conflitantes sobre isso. Por um lado, Savulescu (2020) propôs um algoritmo que sugere critérios a serem considerados para a tomada de decisão sobre quando a vacinação compulsória seria eticamente justificável. De acordo com tal algoritmo, se 1) a magnitude do problema sanitário em questão for grave, 2) se o nível de confiança e efetividade das vacinas for alto, 3) se a utilidade esperada de estratégias alternativas for baixa, e 4) se os custos envolvidos forem proporcionais, a compulsoriedade estaria justificada. Uma das alternativas consideradas por Savulescu (2020) é o emprego de incentivos financeiros para a vacinação, o qual, em dadas circunstâncias, poderia ser preferível: "A vacinação obrigatória pode ser justificada eticamente . . . mas quando os riscos são mais incertos, pagar pela vacinação pode ser uma opção eticamente superior" (p. 84).

Em réplica, Pennings e Symons (2020) objetam à análise de Savulescu (2020), afirmando: ". . . não estamos convencidos, com base nas informações correntes, de que seria ético um governo tornar a vacina para COVID-19 obrigatória, criminalizando a recusa em vacinar-se ou implementando penalidades financeiras significativas" (p. 1). A emergência teria forçado um ritmo acelerado às pesquisas sobre efetividade e segurança das vacinas, de tal modo que seria razoável e justificado o receio dos que hesitam em se vacinar. Impor ou incentivar financeiramente a adesão à imunização poderia, na ótica de Pennings e Symons (2020), ter efeitos iatrogênicos, fomentando a suspeição pública (e, consequentemente, maior resistência) com relação aos imunizantes. Como alternativa, os autores propõem que um foco sobre estratégias de persuasão seria preferível:

> . . . as pessoas podem estar mais dispostas a se submeter ao pequeno risco de vacinar-se contra a COVID-19 se perceberem que os profissionais

> de saúde pública e o governo as tratam com respeito, como cidadãos iguais a serem persuadidos, ao invés de inferiores, a serem coagidos. Finalmente, o uso de coerção ou incentivo para promover a vacinação arrisca desencadear uma reação pública, e pode muito bem não ter sucesso na promoção da vacinação contra a COVID-19. Já está aparente que o ceticismo sobre a virulência da doença e a forte suspeita de empresas farmacêuticas, cientistas e formuladores de políticas tornou-se parte da identidade social e política de algumas pessoas. Uma tentativa de coagir, em vez de persuadir, pode ser vista como uma ameaça de elites distantes e paternalistas, e alimentar as divisões sociais e políticas existentes, sem necessariamente resultar em taxas mais altas de vacinação. No caso da vacinação contra a COVID-19, portanto, suspeitamos que métodos de persuasão, ao invés de coerção ou incentivos, serão os meios mais eficazes para atingir taxas de vacinação adequadas. (Pennings & Symons, 2020, p. 2)

Uma perspectiva analítico-comportamental poderia fundamentar reflexões sobre ao menos dois dos pontos abordados pelos estudos acima mencionados. O primeiro diz respeito à relação entre ciência e política, ou, mais especificamente, entre cientistas e agentes políticos nos processos de deliberação política. O segundo se refere às vantagens ou desvantagens (tanto do ponto de vista técnico quanto ético) da vacinação compulsória. Começando pelo primeiro ponto, ele envolve questões sobre quanto e como a ciência deveria participar no processo de estabelecimento de novas práticas culturais. Esse foi um assunto discutido por Skinner (1948/2005, 1953/2014, 1971/1973, 1989) ao longo de décadas. Em seu romance utópico, *Walden Two*, a solução de Skinner (1948/2005) para esse problema passava pela proposição de uma tecnocracia: uma forma de organização alegadamente "apolítica", sem eleições ou mecanismos participativos, na qual uma junta de especialistas seria inteiramente responsável pelas decisões relativas à organização da vida em comunidade.

Posteriormente, as reflexões skinnerianas sobre ciência e sociedade surgiriam não mais por meio da ficção, mas em textos filosóficos no qual é feita a defesa da ciência e da tecnologia comportamental como os mais adequados meios para determinar o planejamento de uma cultura (Skinner, 1953/2014, 1971/1973). Apesar disso, em textos de sua última década, Skinner (1989) demonstrou certo desencanto quanto às possibilidades da ciência em influenciar os rumos da cultura, e tal desencanto parece relacionado à constatação da impotência dos cientistas diante da lógica de operação das agências controladoras do comportamento. Embora cientistas possam elaborar o mais adequado planejamento de práticas para remediar dado problema, esse planejamento é, nos termos de Skinner (1989),

> apenas o primeiro passo. Planejamentos devem ser colocados em ação, e apenas por aqueles que podem efetivamente fazê-lo. Isso significa governos, religiões e empreendimentos econômicos, que controlam a maioria

> das condições sob as quais vivemos. Eles, contudo, estão sob controle de consequências que afetam a sua própria sobrevivência, que são muito menos remotas e, portanto, mais poderosas do que a sobrevivência da espécie. (pp. 118-119)

Paralelamente a isso, Skinner (1953/2014) também chamou a atenção para o problema envolvido em medidas que impõem dado padrão de comportamento esperado. Tal imposição frequentemente significa o estabelecimento de sanções (i.e. punição e ameaça de punição) a classes de comportamento desviantes, o que, embora possa lograr sucesso relativo a curto prazo, tende a redundar em resistência e não-conformidade, ou, no termo de Skinner (1953/2014), *contracontrole*:

> Técnicas baseadas no uso da força, particularmente punição ou a ameaça de punição, são aversivos por definição, e técnicas que apelam para outros processos também são objetáveis quando, como é geralmente o caso, a vantagem final ao controlador se opõe ao interesse dos controlados. Um efeito sobre o controlado é induzi-lo a se envolver em contracontrole. Ele pode mostrar uma reação emocional de raiva ou frustração, incluindo comportamento operante que fere ou é de outra forma aversivo ao controlador . . . somos muito mais propensos a respondem dessa maneira ao controle social do que ao controle não-social. Se somos forçado a sair da calçada por um galho derrubado pelo vento, provavelmente não exibiremos uma forte reação emocional, mas se formos forçados a sair da mesma forma por um grupo de pessoas folgadas, comportamento agressivo – verbal e não-verbal – pode ser gerado. (p. 321)

O caso da compulsoriedade da imunização no contexto da pandemia, objeto de discordância entre especialistas (Savulescu, 2020, Penning & Symons, 2020), parece ilustrativo das preocupações de Skinner (1953/2014) sobre a imposição de práticas e o contracontrole que lhe sucede. Isto é, pensada exclusivamente do ponto de vista de sua efetividade, o recurso à vacinação compulsória como técnica para controle do comportamento de grupos de indivíduos poderia ser apoiada ou objetada nesses termos – i.e., não valeria a pena por acarretar contracontrole, ou valeria a pena apesar de acarretar contracontrole.

Além disso, seria possível também discutir o problema de um ponto de vista ético, a partir do qual, uma vez mais, a perspectiva skinneriana poderia fomentar reflexões importantes. Pois de um ponto de vista skinneriano, embora um estado de equilíbrio entre bens pessoais e da cultura seja desejável, no caso de conflito entre esses tipos de bens, o bem da cultura deve sempre prevalecer, visto que "o homem que insiste em julgar uma cultura em termos do que ele gosta ou não gosta é o verdadeiro imoralista" (Skinner, 1969/2013, p. 41). Assim, ao tratar de medidas como a obrigatoriedade da imunização no contexto da pandemia, mais que levar em consideração sua efetividade para atingir os fins almejados, seria igualmente importante, ao menos de uma perspectiva skinneriana, avaliar o quanto tais medidas efetivamente contribuem para o bem da cultura.

Considerações finais

Esse trabalho objetivou uma breve apresentação de pesquisas recentes acerca do papel das ciências comportamentais nas políticas de enfrentamento à pandemia de Covid-19, bem como uma perspectiva analítico-comportamental sobre aspectos de tais pesquisas. A partir de uma pequena amostra de publicações recentes, verificou-se que a comunidade científica discutiu o assunto sob diferentes enfoques. O primeiro deles refere-se a orientações gerais à comunidade científica: um esforço conjunto de inúmeros autores produziu compilados sobre evidências do que funcionaria melhor como intervenção para problemas semelhantes aos atuais quando ocorridos noutras circunstâncias. Tais estudos listam evidências de tipos de intervenções testadas anteriormente, e considerações sobre como a experiência passada pode informar a resolução de problemas correntes. Além disso, os autores desses estudos também destacaram limitações, como a dificuldade em generalizar alguns achados, indicando que a ciência, sozinha, não pode ditar a tomada de decisão sobre políticas públicas. Como já mencionado, essas considerações encontram paralelo na discussão de Skinner (1953/2014) sobre a relação entre ciência e o planejamento de práticas culturais.

O segundo enfoque envolve o uso de *nudges* como intervenções contra a pandemia. Mais especificamente, as intervenções testadas envolviam intervenções projetadas para aumentar a taxa de vacinação. Considerando que *nudges* nada mais seriam que uma forma específica de arranjo de contingências (Simon & Tagliabue, 2019), uma perspectiva analítico-comportamental sobre o assunto poderia auxiliar na operacionalização das variáveis controladoras envolvidas em cada intervenção, aprimorando, por conseguinte, a efetividade e sustentabilidade de tais intervenções – um aspecto já verificado por outros autores como uma fragilidade comum dos *nudges* (Tagliabue & Sandaker, 2020). Como terceiro enfoque, alguns estudos discutiram a relação entre regime político e capacidade de resposta à pandemia – em particular, discutiu-se como medidas de regimes considerados mais "democráticos" ou "autoritários" performariam para sanar problemas acarretados pela crise. Foi possível notar elementos semelhantes entre discussões presentes em textos da amostra e algumas das críticas de Skinner (1971/1973; 1978; 1986) às democracias ocidentais e à lógica de funcionamento das agências controladoras do comportamento humano.

Enfim, como quarto enfoque, equívocos e controvérsias de intervenções contra a pandemia foram alvos dos estudos selecionados. Em particular, foram considerados o recurso à controversa noção de "fadiga comportamental" – denunciada como nada mais que uma noção construída *a posteriori* para justificar medidas tomadas por razões escusas – e a polêmica envolvendo a efetividade de intervenções coercivas e não-coercivas (com diferentes autores salientando porque cada um dos tipos seria mais adequado do que o outro). Nesse enfoque, notamos paralelos

possíveis com observações de Skinner (1989) acerca do papel do cientista e sua relação com agentes políticos no contexto do planejamento cultural, bem como na discussão skinneriana sobre punição e contracontrole (Skinner, 1953/2014).

A julgar pela pequena amostra nesse trabalho avaliada, é possível notar que a incursão das ciências comportamentais na esfera da administração pública tem repercutido de maneiras diversas. Por um lado, organismos internacionais as têm considerado um campo de conhecimento fundamental para informar o planejamento de práticas culturais (Milano 2020). Por outro lado, tais ciências se vem às voltas com controvérsias que envolvem não apenas aspectos técnicos, mas também éticos e políticos. O debate sobre a adequação de intervenções mais ou menos coercivas, bem como as polêmicas em torno de decisões sem fundamento porém com um "verniz" científico (e.g., o episódio inglês envolvendo "fadiga comportamental"), são amostras de como a ciência, por si só, não pode ditar cursos de ação, sobretudo envolvendo questões sociais. Como observado por Stevens (2020), num ensaio acerca do desempenho de governantes no combate à pandemia,

> quando um governo afirma estar "seguindo a ciência" em resposta a uma pandemia global, precisamos tratar essa afirmação com cautela. Um conjunto provisório e contestado de afirmações sobre como o mundo é não pode ser usado diretamente como regra para o que os governos devem fazer. Ministros têm de decidir por si próprios. Devem assumir a responsabilidade por essas decisões e por seus próprios erros inevitáveis ao invés de se amparar na ciência como uma pedra de toque apolítica e indiscutível. (p. 560)

Estudos subsequentes podem investigar mais a fundo aspectos não focalizados neste, como a importância da incursão dos cientistas na mídia e seu papel na difusão do conhecimento científico ao leigo – para um relato exemplar de esforços nesse sentido, conferir Hübner (2021). Nesse contexto, viria a calhar o recurso a estudos da área de psicologia moral, que têm sido mais atualmente convocados para ajudar a explicar o problema da disseminação de *fake news*. Ensaio recente de Pasternak (2023), por exemplo, recorre às teorias de Haidt (2012) em sua análise sobre como o senso de moralidade é explorado em meio à guerra de (des-) informações: "seis valores definem a noção de moralidade de cada pessoa: cuidado, justiça, liberdade, lealdade, autoridade e pureza. O movimento antivacinas, para citar um exemplo de movimento negacionista organizado, explora claramente ao menos quatro dessas seis fundações" (p. 19).

Também pode ser interessante avaliar como as ciências comportamentais, de modo geral, e a análise do comportamento, em particular, poderiam auxiliar na programação da maneira como o fluxo de informações entre autoridades e público ocorre. Especialmente por tratar de temas sensíveis, as estratégias de comunicação científica nesse contexto precisam ser pensadas cautelosamente. Tome-se como exemplo a polêmica

gerada por uma coluna publicada por um dos principais divulgadores de ciência no Brasil, no maior jornal em circulação no país, intitulada "Autoritarismo necessário" (Iamarino, 2021) – polêmica que talvez pudesse ter sido evitada se o conteúdo da mensagem fosse emoldurado de outra maneira. A ação conjunta de cientistas, jornalistas e intelectuais foi antevista por Skinner (1989) como a constituição de um "quarto estado": embora não possam deliberar diretamente sobre as agências de controle, esses atores cumprem papel social importante na formação de grupos de pressão que influenciam as deliberações de tais agências.

Finalmente, um achado adicional desse trabalho diz respeito à atualidade de algumas ideias de Skinner sobre planejamento cultural e o potencial da análise do comportamento em participar de debates correntes sobre políticas públicas. À diferença de ciências comportamentais que focam o desempenho de grupos, a análise do comportamento se consagrou como uma ciência do comportamento "de organismos individuais" – vide o que indica o escopo do mais tradicional periódico da área, o *Journal of The Experimental Analysis of Behavior*. Apesar disso, reflexões sobre a resolução de problemas sociais por meio de tecnologias derivadas da análise do comportamento são comuns há décadas. O momento atual pode ser uma ocasião providencial para que essa ciência se junte às demais ciências comportamentais – seja complementando-as, seja as criticando –, investindo mais em pesquisas translacionais e aplicadas a fim de colaborar com o mote científico, mas também ético, de aprimorar a qualidade de vida do maior número de pessoas possível.

Referências

Behavioral Science (2021). Em *APA Dictionary of Psychology*. https://dictionary.apa.org/behavioral-science

Dai, H., Saccardo, S., Han, M.A. et al. (2021). Behavioural nudges increase COVID-19 vaccinations. *Nature*, *597*, 404–409. https://doi.org/10.1038/s41586-021-03843-2

Greer, S.L., King, E.J., Fonseca, E. M. & Peralta-Santos, A. (2020) The comparative politics of COVID-19: The need to understand government responses. *Global Public Health*, *15*(9), 1413–1416. https://doi.org/10.1080/17441692.2020.1783340

Habersaat, K. B., Betsch, C., Danchin, M., Sunstein, C. R., Böhm, R., Falk, A., Brewer, N. T., Omer, S. B., Scherzer, M., Sah, S., Fischer, E. F., Scheel, A. E., Fancourt, D., Kitayama, S., Dubé, E., Leask, J., Dutta, M., MacDonald, N. E., Temkina, A., … Butler, R. (2020). Ten considerations for effectively managing the COVID-19 transition. *Nature Human Behaviour*, *4*(7), 677–687. https://doi.org/10.1038/s41562-020-0906-x

Haidt, J. (2012). *The righteous mind: Why good people are divided by politics and religion*. Vintage.

Harvey, N. (2020). Behavioral Fatigue: Real Phenomenon, Naïve Construct, or Policy Contrivance? *Frontiers in Psychology*, *11*, 1–6. https://doi.org/10.3389/fpsyg.2020.589892

Hübner, M. (2021). Difusão científica e COVID-19: uma analista do comportamento em comunicação com o público. *Cadernos De Psicologia*, *1*(1), 1–18. https://www.cadernosdepsicologia.org.br/index.php/cadernos/article/view/81

Iamarino, A. (2021). Autoritarismo necessário. *Folha de São Paulo*. https://www1.folha.uol.com.br/colunas/atila-iamarino/2021/01/autoritarismo-necessario.shtml

Kavanagh, M. M., & Singh, R. (2020). Democracy, Capacity, and Coercion in Pandemic Response: COVID-19 in Comparative Political Perspective. *Journal of Health Politics, Policy and Law*, *45*(6), 997–1012. https://doi.org/10.1215/03616878-8641530

Magalhães, T. O. (2021). Behaviorismo Radical e Paternalismo Libertário: Uma Análise Epistemológica Comparativa. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, *23*(1), 1–24. https://doi.org/10.31505/rbtcc.v23i1.1521

Milano, B. (2020). *Cass Sunstein tapped to chair WHO technical advisory group*. Harvard Law Today. https://today.law.harvard.edu/cass-sunstein-tapped-to-chair-who-technical-advisory-group/

Pasternak, N. (2023). Lidando com cenários complexos: como tomar decisões num mundo polarizado, com dados científicos ainda em construção e assolado por fake news?. Em L. A. Rohde. (Org.), *Guia de Saúde Mental Pós-pandemia no Brasil* (2ed., pp. 17–20).

Pennings, S., & Symons, X. (2021). Persuasion, not coercion or incentivisation, is the best means of promoting COVID-19 vaccination. *Journal of Medical Ethics*, *47*(10), 709–711. https://doi.org/10.1136/medethics-2020-107076

Rocha, C.A.A., & Hunziker, M.H.L. (2020). A behavior-analytic view on nudges: individual, technique and ethics. *Behavior and Social Issues*, *29*, 138–161 https://doi.org/10.1007/s42822-020-00037-9

Savulescu J. (2021). Good reasons to vaccinate: mandatory or payment for risk?. *Journal of Medical Ethics*, *47*(2), 78–85. https://doi.org/10.1136/medethics-2020-106821

Sibony, A. (2020). The UK COVID-19 Response: A Behavioural Irony? *European Journal of Risk Regulation*, *11*(2), 350–357. https://doi.org/10.1017/err.2020.22

Simon, C., & Tagliabue, M. (2018). Feeding the behavioral revolution: Contributions of behavior analysis to nudging and vice versa. *Journal of Behavioral Economics for Policy*, *2*(1), 91–97. http://sabeconomics.org/wordpress/wp-content/uploads/JBEP-2-1-13.pdf

Skinner, B.F. (1969). *Cumulative record* (Enlarged ed.). Appleton-Century-Crofts.

Skinner, B.F. (1973). *Beyond freedom and dignity*. Pelican Books. (Trabalho original publicado em 1971.)

Skinner, B. F. (1978). Human behavior and democracy. Em B. F. Skinner (Org.), *Reflections on Behaviorism and Society* (pp. 3–15). Prentice Hall.

Skinner, B. F. (1986). What is wrong with daily life in the Western world? *American Psychologist*, *41*(5), 568–574. https://doi.org/10.1037/0003-066X.41.5.568.

Skinner, B. F. (1989). Recent issues in the analysis of behavior. Merrill.

Skinner, B. F. (2005). *Walden two*. Hackett. (Trabalho original publicado em 1948.)

Skinner, B.F. (2014). *Science and Human Behavior*. B. F. Skinner Foundation. (Trabalho original publicado em 1953.)

Stevens, A. (2020) Governments cannot just 'follow the science' on COVID-19. N*ature Human Behaviour*, *4*, 560. https://doi.org/10.1038/s41562-020-0894-x

Tagliabue, M., Sandaker, I. (2019). Societal well-being: embedding nudges in sustainable cultural practices. *Behavior and Social Issues*, *28*, 99–113. https://doi.org/10.1007/s42822-019-0002-x.

Thaler, R. H. & Sunstein, C. R. (2008). *Nudge: Improving decisions about health, wealth, and happiness*. Yale University Press.

Van Bavel, J.J., Baicker, K., Boggio, P.S. et al. (2020). Using social and behavioural science to support COVID-19 pandemic response. *Nature Human Behaviour, 4*, 460–471. https://doi.org/10.1038/s41562-020-0884-z